



## TRABALHO, GÊNERO E SUBORDINAÇÃO DO CAMPESINATO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO)<sup>1</sup>

Maria Aparecida Martins dos Santos<sup>2</sup>  
*Universidade Estadual Paulista*

### Resumo

Como citar:

SANTOS, M. A. M. dos. Trabalho, gênero e subordinação do campesinato no Pontal do Paranapanema (São Paulo). **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 181-199.

DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9132>

**Recebido em:** 2021-12-29

**Devolvido para correções:** 2022-02-01

**Aceito em:** 2022-09-15

**Publicado em:** 2022-09-22

O presente artigo objetiva apresentar resultados de pesquisa do trabalho de conclusão de curso e debates teóricos alcançados no desenvolvimento da pesquisa de nível mestrado. Desse modo, tecemos discussões sobre a subordinação do campesinato, através da integração na produção de pepinos na região do Pontal do Paranapanema (São Paulo), sobretudo, no que diz respeito às relações de trabalho da mulher nesse modelo de produção. Dessa forma, consideramos que a pesquisa científica, ao mesmo tempo em que, identificou as estratégias de subordinação da empresa que determina o pacote de produção de pepinos, também demonstrou que a mesma fortalece a desigualdade de gênero invisibilizando o trabalho da mulher camponesa.

**Palavras-chave:** Questão agrária; Subordinação; Produção de pepinos; Gênero

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades ocorrida em 2021, sendo inserido aqui com avanços nos debates e discussões.

<sup>2</sup>Licenciada e Bacharela em Geografia pela Universidade Estadual Paulista e mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma universidade. É membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT e do Núcleo de Estudos em Agroecologia do Pontal do Paranapanema - NEAPO.

E-mail: [maria.martins@unesp.br](mailto:maria.martins@unesp.br)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2932-5303>

## TRABAJO, GÉNERO Y SUBORDINACIÓN DE LOS CAMPESINOS EN PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO)

### Resumen

El presente artículo tiene como objetivo presentar los resultados de investigación obtenidos a través del trabajo de finalización del curso y los debates teóricos alcanzados en el desarrollo de la investigación de nivel de maestría. De esta manera, se discute la subordinación del campesinado, a través de la integración en la producción de pepinos en la región de Pontal do Paranapanema (São Paulo), especialmente en lo que respecta a las relaciones laborales, al mismo tiempo que identificó las estrategias de subordinación de la empresa que determina el paquete productivo del pepino, también mostró que fortalece la desigualdad de género invisibilizando el trabajo de las mujeres campesinas. En este marco que la investigación científica, al mismo tiempo que identificó las estrategias de subordinación de la empresa que determina el paquete productivo del pepino, también mostró que fortalece la desigualdad de género invisibilizando el trabajo de las mujeres campesinas.

**Palabras clave:** Cuestión agraria; Subordinación de los campesinos; Producción de pepinos; Género

## LABOR, GENDER AND SUBORDINATION OF THE PEASANTRY IN PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO)

### Abstract

This article aims to introduce the results of the research, obtained through the course conclusion and theoretical debates achieved in the development of master's level research. In this way, we discussed the subordination of the peasantry, through integration in the production of cucumbers in the Pontal do Paranapanema region (São Paulo), above all, with regard to the labor relations of women in this production model. Thus, we consider that scientific research, while identifying the subordination strategies of the company that determines the cucumber production package, also demonstrated that it strengthens gender inequality by making the labor of rural women invisible.

**Keywords:** Agrarian question; Subordination of the peasantry; Cucumber production; Gender

## Introdução

Este artigo traz para o debate os resultados obtidos no trabalho de conclusão de curso (2018) e as reflexões teóricas alcançadas através do desenvolvimento da pesquisa em nível de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Presidente Prudente. Queremos, por meio dele, oferecer discussões pertinentes aos estudos sobre a subordinação do campesinato na região do Pontal do Paranapanema (São Paulo) ao que diz respeito às relações de trabalho da mulher nesse modelo de produção.

A região do Pontal do Paranapanema é localizada no extremo oeste do estado de São Paulo, tendo sua formação territorial caracterizada por intensos conflitos agrários, uma vez que, seu território é compreendido pelo embate de povos indígenas e os primeiros colonizadores, seguido das grilagens de terras (falsificação de documentos para titularização de terras), pela intervenção do Estado que procurava retomá-las (terras devolutas) e pelo processo de ocupação e a luta pela terra. Por isso, entendemos que a ciência geográfica ocupa um lugar importante nas pesquisas científicas sobre os conflitos territoriais agrários que emergem neste território. Estudar a reprodução do campesinato implica, para nós, uma atenção fundamental para as discussões sobre as relações de gênero e como elas se expressam através da forma de organização da produção, da comercialização e das relações comunitárias.

As mulheres camponesas desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento no campo. Estão organizadas na busca por direitos e autonomia dentro do lote, atuando e decidindo sobre as atividades relacionadas ao trabalho produtivo, por exemplo, na produção de alimentos. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) indica que as mulheres camponesas são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos no mundo, no Brasil cerca de 20% da agricultura estão nas mãos delas, além da preocupação com meio ambiente e garantia da Soberania Alimentar, produzindo alimentos saudáveis e de qualidade. Porém, o processo de emancipação do trabalho produtivo é fruto de muita luta, marcado e reafirmado pela opressão de gênero que invisibiliza e subordinada o trabalho da mulher, no sentido que as atividades produtivas são extensão do trabalho do homem, visto apenas como uma ajuda e o trabalho reprodutivo

como obrigação e responsabilidade da figura feminina, vinculado à papéis socialmente construídos e atribuídos ao gênero.

É desta forma que delimitamos o recorte do nosso objetivo para o entendimento das relações de trabalho das mulheres camponesas, principalmente na dimensão da produção de alimentos nos assentamentos rurais de reforma agrária. Para chegar até este objetivo nós selecionamos para o recorte analítico o envolvimento das mulheres na produção de pepinos para conserva na região do Pontal, entendendo-o como uma estratégia do capital agroindustrial para subordinar o campesinato por meio do controle da forma de organização da produção, da renda e da rotina de trabalho.

Nossa proposta se ancorou nos recursos metodológicos da pesquisa qualitativa, nos apoiando em entrevista semiestruturada para construção de informações primárias que foram confrontadas com o referencial teórico, tais como Federici (2019), Esteve (2017), Bombardi (2011), Thomaz Jr. (2010), Tavares dos Santos (1984), que nos dão o suporte para qualificar o debate de nossa pesquisa. O recorte empírico da pesquisa inclui a escala do Pontal do Paranapanema e do lote (para desenvolvimento da metodologia crítica). Na seleção do perfil das famílias para o estudo considerou-se aquelas em que a mulher trabalhava diretamente na produção de pepinos. Os trabalhos de campo foram fundamentais para o acompanhar a família e sua jornada de trabalho na produção de pepinos.

## **Desenvolvimento**

O trabalho na agricultura com raízes na mão de obra da família camponesa, expressa condições de libertação e de emancipação, sendo a terra a base da propriedade do trabalho familiar camponês (SOUSA e CONCEIÇÃO, 2010). “Um dos princípios desse modelo seria o resgate dos valores que os camponeses construíram ao longo da sua história, tendo como centro a solidariedade e a igualdade entre si” (SILIPRANDI, 2015, p. 294). Cada membro da família possui um significado na unidade produtiva, nesse caso, dentro da própria família há uma divisão técnica do trabalho produtivo entre seus membros, isto é, cada pessoa que compõe a família tem uma tarefa dentro da jornada de trabalho produtivo, enquanto o trabalho reprodutivo é de incumbência muitas vezes exclusiva da(s) mulher(es) da família.

Entretanto, quando problematizamos a divisão técnica e sexual do trabalho da forma como ela é historicamente construída constatamos que, tanto no campo quanto na

cidade, há atividades socialmente atribuídas às relações de gênero. Entendemos gênero como:

[...] uma maneira de indicar as construções sociais: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado [...] (SCOTT, 1995, p. 5).

Desse modo, podemos considerar que o capitalismo se aproveitou da condição das atribuições de gênero e a imposição do trabalho reprodutivo à mulher transformando essas relações em um ato de amor, sendo que o “nosso papel como mulher é sermos servas felizes e amorosas” (FEDERECI, 2019, p. 44). Portanto, o trabalho doméstico é umas das faces da função de reprodutora, resultando em relações opressoras que vêm sendo reafirmadas pelo capitalismo.

Tendo amparo nestes recursos analíticos é que nos preocupamos em entender como se desenvolvem as relações de gênero no campo e como esse processo cria características específicas a partir do processo de integração da agricultura camponesa ao capital, verticalizado na produção de pepinos.

A integração das famílias no cultivo de pepinos estabelece uma relação de trabalho destrutiva, pois controla o tempo, a produção e o trabalho da/do camponesa/ês impondo uma intensa jornada de trabalho e o uso excessivo de agrotóxicos que a empresa julga necessário. A rotina trabalho da família na integração destrutiva segue o calendário determinado pela empresa, ou seja, eles se veem obrigados a realizar atividades submetendo-se ao tempo e às formas de organização do trabalho imposto pela lógica de produção capitalista, sendo esta quem determina o período de preparo do solo, do plantio e entrega final do produto. Desse modo, com a pesquisa identificamos que as estratégias de produção (aquela que beneficia a empresa) está na subordinação do trabalho das famílias camponesas, ou seja, dentro desse pacote de produção há uma determinação de como deve ser o trabalho aliado às lógicas de exploração e o uso excessivo de venenos.

De modo geral, constatamos que as formas de alterações do trabalho são recorrentes na história e estamos diante da produção destrutiva do capital (THOMAZ JR., 2011) uma “modernização perversa que, ao invés de libertar, emancipar o trabalhador, deixa-

o subordinado, oprimido e explorado” (SOUSA, CONCEIÇÃO, 2010, p. 70). Em nosso recorte de estudo, vemos que as famílias produtoras de pepinos se veem sem autonomia no trabalho e são controladas pelo tempo imposto pela empresa e, principalmente, pelas implicações causadas pelos agrotóxicos, uma vez que não há políticas públicas que apareçam como alternativa a essa integração destrutiva.

A bibliografia indica que a finalidade do capital é controlar o trabalho e a/o trabalhadora/or, objetivando através desse controle a possibilidade de acumular riqueza e eliminando dessa forma a característica de trabalhadora/or livre. Nesse sentido, a/o trabalhadora/or deve ser proprietário apenas da sua força de trabalho e no caso das/os camponesas/es produtores da terra (essa capaz de gerar o produto final) para que sendo libertos (neste caso não são proprietários) do produto final (pepino) eles vendem sua força de trabalho que é necessária para a produção dos pepinos para a empresa. O reflexo do avanço do capital no campo efetiva a expropriação do trabalho da família camponesa e monopoliza sua terra.

Sendo assim, as camponesas e os camponeses têm sua condição de trabalho explorada pelo capital. Tavares (1984) ainda nos afirma que o processo de trabalho continua sendo o mesmo, ou seja, o lote e a força de trabalho continuam pertencendo ao camponês, no entanto, “o modo de produção capitalista imprime uma determinação fundamental ao processo de trabalho camponês, [...], além disso, verifica-se um controle parcial sobre o processo de trabalho camponês, exercido pelo capital industrial” (TAVARES, 1984, p. 129).

Além da subordinação do trabalho, a empresa controla a família através da imposição via empréstimo de venenos. Durante a safra, as famílias recebiam visitas periódicas do técnico que os instruíam sobre formas de trabalhar na produção e o manuseio de aplicação dos venenos, lembrando que, além dessa instrução de como produzir as famílias estavam também submetidas à ação dos agrotóxicos e ao ritmo de crescimento dos pepinos.

Sobre a exposição aos riscos pelo uso de venenos, de acordo com Dossiê ABRASCO (2015), o Brasil lidera o *ranking* no consumo de agrotóxicos levando o país a consumir sozinho cerca de 1/5 deles. Bombardi (2011) aponta que é alarmante o consumo de agrotóxicos no país e que isso seria decorrente, principalmente, da expansão da produção das *commodities*, relacionado principalmente para a produção de combustível. O uso de venenos na produção de pepinos também é determinado pela empresa e relacionado às

alterações de trabalho. Desse modo, além da submissão a intensa jornada de trabalho, a família está exposta a riscos de intoxicação e contaminação pelo contato direto ou indireto diário aos agrotóxicos comprovando a integração destrutiva da família.

Há de se considerar que um dos principais motivos das famílias apostarem nessa produção é pela ausência do Estado, na criação e manutenção de políticas públicas. Com o golpe de 2016 as políticas públicas foram se esvaziando e na atualidade, o que temos é um projeto combinado de destruição das políticas públicas com a perseguição e criminalização dos movimentos sociais.

O enfraquecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>1</sup>, que incentivava as famílias camponesas a produzirem alimentos que eram comprados via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que os destinavam a centros de apoio social, conforme aponta Leal (2017). O mesmo autor salienta que:

Os camponeses, incentivados pelo MST, e mediante parcerias com as instituições públicas responsáveis que estavam se envolvendo e apostando no Programa, vislumbraram que poderiam ser beneficiados. Aumentar e diversificar a produção de alimentos para atender a demanda dos trabalhadores dos centros urbanos e acampados sem terras em situação de insegurança alimentar, objetivo desde há muito reivindicado pelo movimento social, se apresentava como factível. (LEAL, 2017, p. 46).

Era expressiva a forma como o programa se expressava nos assentamentos rurais incentivando as jovens e os jovens e visibilizando o trabalho da mulher estabelecendo novas relações de trabalho, ou seja, pois configuraram novas formas de relações sociais e econômicas dentro das famílias, isso porque as famílias tinham para onde escoar suas produções.

---

<sup>1</sup> O Programa foi instituído em 2003 pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006. O PAA tem como principal objetivo estimular o campesinato por meio da aquisição de alimentos e sua distribuição em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Posteriormente a criação do PAA foi conquistada a modificação da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina que 30% dos recursos destinados à compra da alimentação escolar sejam para aquisição de alimentos oriundos da agricultura de base familiar. A criação do PAA e a promulgação da Lei Nº 11947 trouxeram nova importância e dinamismo para o mercado institucional. Isso tem estimulado os governos a criarem seus próprios programas de compra de alimentos, a exemplo do Programa da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) do Governo do Estado de São Paulo, que incentiva os camponeses a direcionarem a produção para esse tipo de mercado. A constituição do PAA também foi importante na derrubada da lei de licitações para aquisição de alimentos oriundos do campesinato no mercado institucional (LEAL, 2017).

Porém, a partir de 2016 começamos a presenciar um desmonte significativo das políticas públicas destinadas ao campo, sobretudo a partir do *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (PT), onde o retrocesso se tornou mais expressivo, principalmente com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A fragilidade do programa também se sucede da burocracia para a execução das chamadas públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar e outras políticas públicas, sobretudo ao que diz respeito à complexidade com a documentação a ser entregue (REIS, 2015; LEAL, 2017) ocasionado atrasos para a aprovação das propostas no ano de 2015. A documentação diz respeito aos projetos que as associações e cooperativas de camponesas e camponeses, que consistem em um conjunto de atas, DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf), prestação de contas, etc. Essas associações e cooperativas na maioria das vezes não contam com pessoas especializadas em secretaria e contabilidade, tendo que recorrer à ajuda de parceiros ou secretarias municipais de agricultura, o que acaba resultando em atrasos, gastos e outros prejuízos.

Com o cenário que leva ao fim e/ou diminuição do PAA na região do Pontal do Paranapanema, um dos desafios postos às famílias camponesas é que sem o programa elas têm dificuldade em vender sua produção de alimentos e/ou se manterem na terra. Uma das alternativas “fáceis” encontradas por essas famílias é a produção de pepinos.

Ao analisarmos essas questões que foram pontuadas acima, houve a necessidade de entender como eram e são estabelecidas as relações de trabalho das mulheres envolvidas na produção de pepinos, desse modo, abaixo sistematizamos através das entrevistas como é organizada a jornada de trabalho durante os noventa dias de cultivo:

a) **Preparo do solo:** O preparo do solo quando a empresa avisa a família os meses certos de produção dura cerca de 60 dias, porém quando não há o aviso prévio o preparado dura apenas 1 dia. As atividades realizadas são: tombar a terra (tombação), adubação (realizada com fertilizante e esterco de galinha), enlonamento do solo, montagem da estrutura. Neste estágio trabalha toda a família sem a necessidade da contratação de mão-de-obra.

**Figura 1.** Preparo do solo e infraestrutura para plantio de pepinos



**Fonte:** Acervo pessoal.

b) **Plantio:** No momento do plantio a família contrata diaristas durando um dia de trabalho. A atividade neste estágio é a semeadura (lançar as sementes de pepinos no solo).

c) **Instalação dos fitilhos:** A família instala os fitilhos logo após a semeadura. Essa atividade dura 4 dias de trabalho. E a família o considerou leve, porém cansativo. Mulher e homem.

d) **Poda e condução pelos fitilhos:** Essa atividade dura 15 dias necessitando do envolvimento de toda família. Em alguns dias surge a necessidade da contratação do diarista. Esse período foi considerado de trabalho intenso, cansativo manifestando dores nas pernas, costas e cabeça. Ela é realizada agachada e durante os dias com o crescimento das plantas é realizada a posição de agachar e levantar o dia todo.

**Figura 2.** Preparo da infraestrutura: amarração dos fitilhos



Fonte: Acervo pessoal.

e) **Crescimento das plantas:** O crescimento das plantas dura cerca de 25 dias e é considerado uma atividade mais leve que exige acompanhamento e pulverização diariamente, expondo a família a riscos de intoxicação.

**Figura 3.** Crescimento das plantas



Fonte: Acervo pessoal.

f) **Colheita:** O último estágio da safra de pepinos é a colheita e também é o mais intenso. Para que não ocorra perdas de produção é necessário trabalhar o dia todo extrapolando a rotina da família. O trabalho se inicia às 06h00 da manhã e vai até às 22h00. As atividades realizadas são a colheita e ensacamento dos pepinos. Além de organizar e enviar para empresa (frete).

**Figura 4.** Colheita dos pepinos



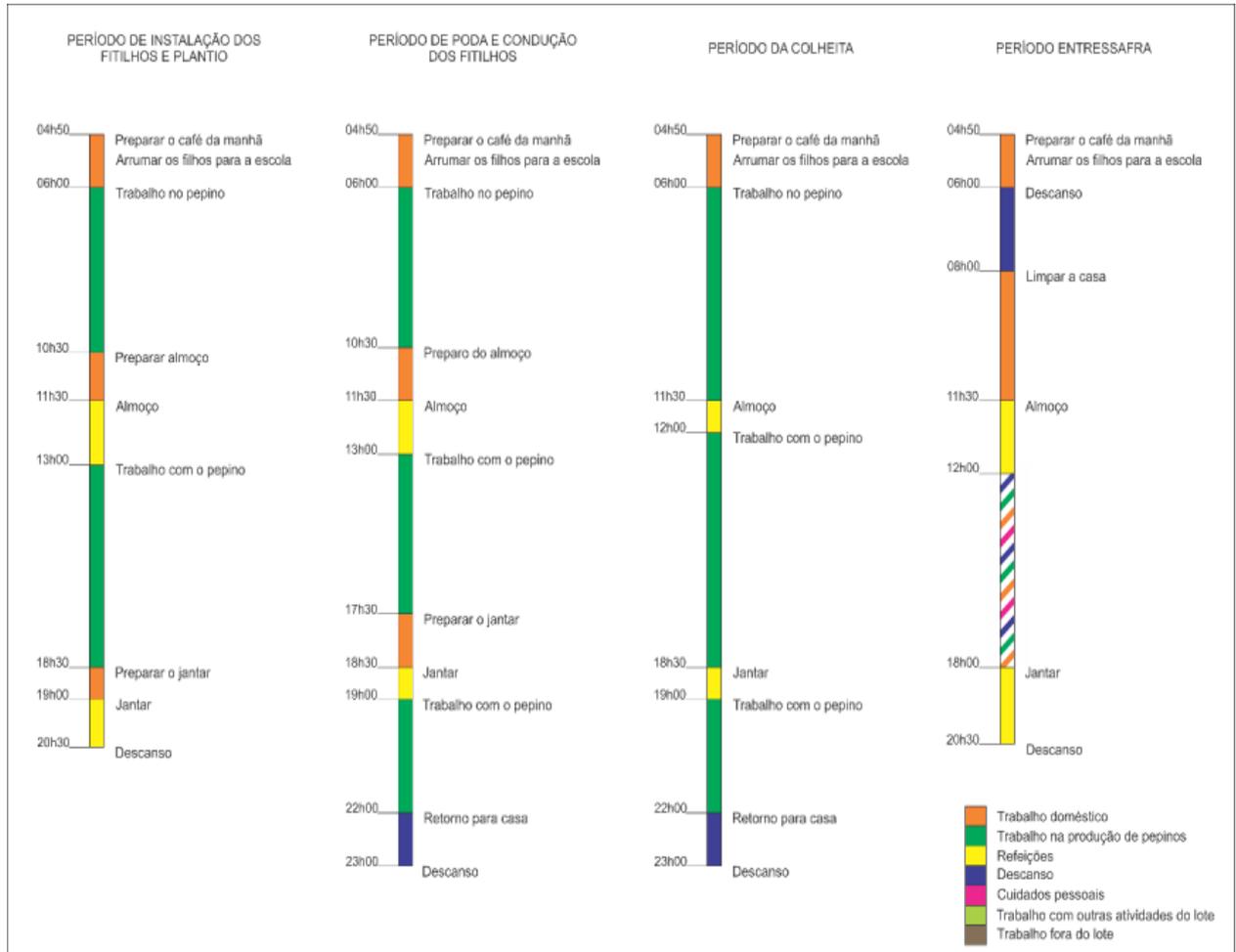
**Fonte:** Acervo pessoal.

Esse detalhamento de cada etapa do trabalho destrutivo, construímos como forma de representar a degradante e extenuante jornada de trabalho, relógios individuais (figuras 01 e 02) da mulher e do homem<sup>2</sup>. Eles irão ilustrar a rotina de trabalho da família na produção de pepinos e no período entressafras. É importante destacar que no período entressafras utilizamos diversas colorações em um mesmo período, pois a família se envolve em

<sup>2</sup> É importante considerarmos que não são apenas a mulher e o homem que trabalham na produção, em grande parte dos casos, todos da família contribuem com as atividades. Como nosso objetivo é tratar especificamente do trabalho da mulher utilizamos como exemplos estes dois sujeitos.

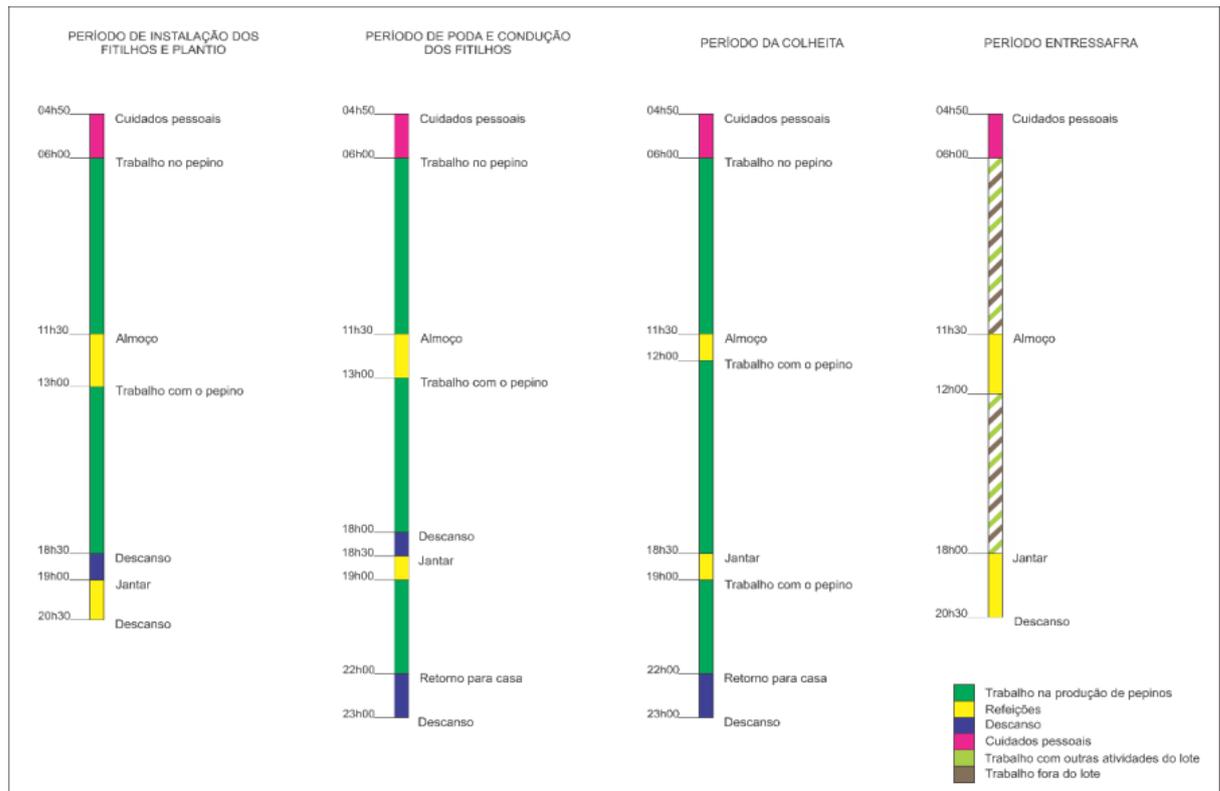
diferentes atividades, por exemplo, a mulher há dias que ela se dedica em cuidados com a beleza e dias que ela prepara pães e doces. O homem alguns dias trabalha no interior do assentamento e outros em atividades no interior do lote.

**Figura 5.** Rotina de trabalho da mulher



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

**Figura 6.** Rotina de trabalho do homem



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A jornada se inicia entre as 04h50 e as 05h00 da manhã. O trabalho doméstico é de responsabilidade da mulher. O cuidado com a família (preparar os filhos para ir à escola, cuidar da saúde, se preocupar com o bem-estar) também é de incumbência feminina, do mesmo modo que ela trabalha em todos os momentos da safra de 90 dias revelando a tripla jornada de trabalho.

É bastante evidente as análises teóricas que trouxemos neste texto quando observamos a representação das jornadas de trabalho. A rotina da mulher explicita o controle que o capitalismo e o patriarcado conseguem ter nas atividades de manutenção da vida. E a representação das diversas formas de violências da natureza e dos corpos.

Dentro do conjunto de análises visualizamos que a dimensão divisão técnica e sexual do trabalho para a produção de pepinos, criada pelos próprios membros da família, reforça o que é estrutural na nossa sociedade, considerando o conservadorismo do conjunto de papéis que estabelecem que determinados procedimentos laborais são de responsabilidade

da mulher ou do homem que merece atenção específica. Em geral, na maioria dos casos os homens são responsáveis pela aplicação dos venenos, pelo trabalho durante a montagem da estrutura, no plantio e na colheita. As mulheres se responsabilizam pelas tarefas de plantar e colher, além do serviço doméstico. As/os jovens e/ou as/os filhas/os colaboram mais durante a colheita quando o trabalho se torna mais intenso e em algumas atividades domésticas, principalmente as filhas. Essa divisão tem exposto a mulher a uma condição de subordinação pela autoridade do marido com seu trabalho em muitos casos definido apenas como uma ajuda familiar, a invisibilizando.

Outro aspecto interessante que Esteve (2017) destaca, sobre essa subordinação da mulher dentro dos assentamentos é que ela é um sujeito privado, isto é, todas as atividades em caráter privado tais as que já destacamos; trabalho doméstico, cuidado com os filhos e família, cuidado com a saúde da família, na maioria das vezes é todo sobre responsabilidade da figura feminina, enquanto o homem é uma figura pública, que estabelece relações muito mais incisivas com a comunidade, com o trabalho assalariado, participação em associações etc..

Se pensarmos na dimensão da renda, na maioria das vezes a mulher não possui independência econômica, elas não recebem remuneração alguma diretamente pelo trabalho que realizam, ficando à mercê dos maridos. Quando retomamos a análise da ilustração dos relógios, observamos que a mulher é envolvida em uma tripla jornada de trabalho que se divide em: cuidado da família, trabalho doméstico e o trabalho na produção dos pepinos, é na grande parte das condições das famílias elas não possuem remuneração direta a essas relações de trabalho da sua rotina.

Finalmente, estamos considerando que a produção de pepinos, integrada ao capital, tem como marcas fundantes o processo de subordinação do trabalho das famílias camponesas e na opressão de gênero. Quando uma família se entrega aos fetiches do capital, o faz com a prerrogativa de melhores condições de trabalho (oferta de assistência técnica e recursos materiais) e rápido retorno financeiro como garantia de renda, mas que, na verdade o que se materializa no cotidiano são os riscos iminentes para a saúde das famílias, e reafirmação da divisão sexual do trabalho e na designação de papéis específicos para mulheres e homens. É importante esclarecer que o sentido deste trabalho é a denúncia das estratégias de subordinação empenhadas pela empresa simbolizada pelo capitalismo.

E, dentro desta relação, que as mulheres são submetidas a condições degradantes de trabalho pelo processo produtivo do pepino de conserva que ao mesmo tempo que subordina seu trabalho enquanto sujeito histórico e social do campesinato reafirma as violências e opressões de gênero.

Porém, devemos considerar a importante atuação que as mulheres camponesas desempenham na produção e reprodução, pois elas produzem mais da metade dos alimentos consumidos, “produzindo alimentos saudáveis e diversificados, sem utilizar agrotóxicos, conservando as sementes, cultivando plantas medicinais, contribuindo para o fortalecimento da biodiversidade” (SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2016, p. 04).

É desta forma que também queremos agregar neste projeto a discussão sobre agroecologia, buscando uma análise sobre o protagonismo do trabalho da mulher camponesa no processo de transição agroecológica. Siliprandi (2015) denota que:

As lutas de resistência em que essas mulheres estão envolvidas – por acesso à terra, ao crédito, à água, à assistência técnica, por mudanças tecnológicas e de infraestruturas no campo que ajudem os significados da sustentabilidade a melhorar as condições de sobrevivência dos agricultores, enfim – apontam para um objetivo comum: a construção de um modelo de desenvolvimento que, no meio rural, iria se apoiar em outras relações de produção e de apropriação da natureza (SILIPRANDI, 2015, p. 292-293).

A agroecologia procura visibilizar uma forma de organização da agricultura pautando a autonomia e emancipação camponesa, com a produção de alimentos saudáveis e sem veneno, com destaque para o protagonismo do trabalho da mulher e promovendo mecanismos de reprodução social e familiar. Além disso, a agroecologia mostra-se como uma prática alternativa contra o modelo agroindustrial hegemônico, modelo este que reafirma as desigualdades e opressões de gênero.

O protagonismo da mulher na agroecologia nos chamou atenção quando nos propusemos a desenvolver a pesquisa de mestrado, pois as discussões anteriores demonstraram como a construção social invisibilizou e invisibiliza o trabalho da mulher, quando nos deparamos com um modelo de produção que as reconhece, percebemos a mudança na valorização dada às questões de gênero.

Além disso, são principalmente as mulheres que se envolvem com a agroecologia, estudos produzidos pela SOF apresentam a importância da auto-organização das mulheres que protagonizam na linha de frente das esferas produtivas, segundo eles as experiências das camponesas ocupam os seguintes espaços:

[...] cooperativas, grupos de mulheres, feiras livres, grupos de compra, redes de economia solidária – para, enfim, chegar ao tema dos mercados institucionais. Sua importância para a autonomia das mulheres do campo, suas vantagens, seus desafios e as ameaças de retrocesso que rondam esses programas. Nesses debates, ficam claras as inter-relações entre a autonomia econômica, política e pessoal das mulheres, como processos simultâneos, um sustentando o outro (SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2016, p. 4).

Esse conjunto de contribuições que pautamos, nos permitem refletir que durante a construção da sociedade as mulheres sempre foram colocadas em uma condição de silenciamento oprimidas e acorrentadas pelas relações de opressão de gênero, porém, existem formas de produção e reprodução que emancipam o trabalho da mulher, neste caso a agroecologia.

A agroecologia procura visibilizar uma forma de organização da agricultura pautando a autonomia e emancipação do campesinato, com a produção de alimentos saudáveis e sem veneno, com destaque para o protagonismo do trabalho da mulher e a promoção de mecanismos de reprodução social e familiar. Além disso, a agroecologia mostra-se como uma prática alternativa contra o modelo agroindustrial hegemônico que reafirma as desigualdades e opressões de gênero.

O agronegócio é caracterizado pela exploração dos territórios e o desenvolvimento do capitalismo no campo, a agricultura nesse modelo de produção é responsável pelo consumo em grande escala de agrotóxicos que adoecem a fauna, a flora, a saúde humana e animal. A agroecologia vai contra tudo isso, pois ela respeita a vida, o meio ambiente e o modo de vida dos sujeitos.

## **Conclusão**

As reflexões postas neste texto nos oferecem conteúdo para compreender como se relacionam gênero, trabalho e subordinação no Pontal do Paranapanema na condição da

produção de pepinos. Com ele, fazemos uma denúncia das estratégias destrutivas do capital e do patriarcado. Entendemos que o campesinato no Brasil tem sido considerado pelo Estado como uma classe à margem da sociedade, uma vez que, este não tem se dedicado na formulação e planejamento de políticas públicas efetivas que criem possibilidades concretas de reprodução socioterritorial destes sujeitos, não lhes restando alternativas de sobrevivência senão pela via da subordinação.

A nossa metodologia teve uma posição crítica ao representar essas informações apuradas nas pesquisas de campo. O desenvolvimento do capitalismo no campo violenta todos os dias o campesinato e a terra, explicitados principalmente no controle do trabalho e da terra da família camponesa e isso é alarmante.

As mulheres camponesas são marcadas por constantes disputas pelo corpo e pela terra. Da terra, pela concentração, pela expropriação, pela subordinação do trabalho do campesinato, pelo uso excessivo de agrotóxicos e tudo aquilo que o capital destrutivo simboliza. E do corpo, pela sua invisibilização enquanto mulher na sociedade e no campo. Usando o exemplo da dimensão da produção, em grande parte mesmo as mulheres atuando na linha de frente na produção, o trabalho delas é visto apenas como um ajuda. Essa invisibilidade da mulher é marcada pelo machismo e o capitalismo só sustenta essas opressões de gêneros.

A organização do trabalho no cultivo do pepino segue os processos do pacote técnico adotado pela empresa no qual a família camponesa se encontra subordinada a realizar atividades submetendo-se ao tempo e à rotina de trabalho imposto pela empresa. Na lógica da agricultura camponesa o tempo de produção e as etapas estão atrelados às dinâmicas da natureza. Já na agricultura da indústria está comprometida com o desenvolvimento do capitalismo no campo buscando imprimir um ritmo acelerado na produção, intervindo nos processos naturais, modificando as características do solo, através do uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas.

Entretanto, temos alternativas que firmam um compromisso social, político e econômico contra esse modelo destrutivo de produção e opressão, uma delas é a agroecologia. A agroecologia aparece como uma dimensão concreta que garante a emancipação do campesinato e das mulheres camponesas em seus territórios. É um modelo de vida que garante trabalho digno às famílias do campo e a Soberania Alimentar da

sociedade. As mulheres camponesas têm papel fundamental nesse processo e na produção agroecológica elas são os principais sujeitos que defendem a manutenção da agroecologia.

## Referências

ABRASCO, Dossiê. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://www.abrasco.org.br/dossie-agrotoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco\\_2015\\_web.pdf](http://www.abrasco.org.br/dossie-agrotoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2018.

ALVES, G. **Trabalho e Cinema: o mundo do trabalho através do cinema**. 1. ed. Bauru/SP: Canal Editora, 2014.

BOMBARDI, L. M. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. In: Boletim Dataluta. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, Setembro de 2011, p. 1 - 21.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Mulheres camponesas na América Latina e Caribe têm menos acesso a crédito que homens**. Publicado em: 18/07/2013. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-mulheres-camponesas-na-america-latina-e-caribe-tem-menos-acesso-a-credito-que-homens/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

FEDERICI, S. **O ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

LEAL, S. C. T. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema - SP no contexto dos conflitos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LÔBO, E. S. **A questão da Mulher na Reprodução da Força de Trabalho**. São Paulo: Perspectivas, 1981.

REIS, A. T. **Trabalho, Políticas Públicas e Resistências em Assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SOF – Sempreviva Organização Feminista. **Mulheres do Campo Construindo Autonomia Experiências de Comercialização**. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Mulheres-do-campo-web-1.pdf>> Acesso em: 30 set. 2019.

SOUSA, R. A. D.; CONCEIÇÃO, A. L. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Revista Pegada**, v. 11, n. 1, p. 64-76, jun. 2010.

THOMAZ JUNIOR, A. Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos. In: THOMAZ JUNIOR, A.; FRANÇA JUNIOR, L. B. (Org.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. 1. ed. Presidente Prudente: Entelha, 2010. p. 176-216. v. 5.